

SESSÕES DO PLENÁRIO

21ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Augusto Castro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15 e 16/03/2017.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, por acompanhar os prefeitos de Caraíbas e Ibicoara na audiência com o presidente do FNDE, Sílvio

Pinheiros, em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 15/03/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, companheiras servidoras e servidores desta Casa, todos que nos visitam e que estão nas Galerias, gostaria de registrar o evento ocorrido hoje pela manhã. A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública realizou a sua reunião na Secretaria da Segurança Pública, junto ao alto comando da Segurança Pública do nosso Estado.

Então, ali, numa atitude louvável, o Secretário Maurício Barbosa – quero, inclusive, dar meus parabéns de público – convidou a Comissão, convocou o comando da Polícia Militar, o comando da Polícia Civil, o Centro de Inteligência da Polícia para expor todo o plano de segurança pública deste ano para essa Comissão, dando uma demonstração de apreço, de respeito a este Parlamento.

Gostaria, inclusive, que essa atitude fosse copiada pelos demais secretários, realmente uma atitude louvável. E, ali, iniciamos o debate sobre uma questão crucial do funcionamento desta Comissão, que é a dicotomia que aqueles oportunistas, que aqueles que vivem da exploração da violência tentam estabelecer, de que há uma separação entre segurança pública, os operadores da segurança pública e os direitos humanos.

Então, está claro e é fundamental que os direitos humanos... O elemento constitutivo e fundamental é justamente o direito, o acesso à segurança pública. Então, o ser humano tem direito à proteção da vida – é um direito constitucional –, tem direito à proteção do seu patrimônio, e aí a segurança pública é o elemento fundamental. Então, isso foi discutido, ali, com o alto Comando deste Estado.

Ali também foi exposto, de forma clara, a estratégia, os indicadores e os métodos nos quais se expõem essas estatísticas. Toda a Comissão estava presente, mas, infelizmente, nem todos os deputados puderam participar. Eles perderam uma oportunidade histórica de conhecerem o funcionamento de uma questão crucial.

Também fizemos outro debate de interesse da sociedade, que é a descriminalização das drogas. O orçamento da segurança pública é todo sugado pelo combate interminável às drogas. Essa forma de combate é, justamente, como enxugar gelo. Então, essa guerra ao combate às drogas não interessa à segurança pública, não interessa à proteção de homens e mulheres deste País. Ali, claro, se consome, praticamente, todo o orçamento, ou seja, criminalizando os pequenos, aqueles pés-rapados, que são hoje crianças que se iniciam aos 13, 14 anos. E, aos 25 anos, praticamente, a maioria tem sua vida exterminada, numa política que não vai levar a nada.

Então, se consomem todos os recursos da segurança pública nesse combate. O combate que a cada ano aumenta mais o orçamento, e mais drogas aparecem e são

consumidas. Então, ali há a relação também do combate às drogas, do assalto a bancos e essa interação do crime organizado.

Então, encerrando meu tempo – peço a sua tolerância, Sr. Presidente –, digo que debates como o de hoje me deixam muito feliz pelo exercício parlamentar, porque o trabalho das Comissões é importantíssimo – é essencial para a gente, não de forma política como dizem, mas de forma essencialmente apartidária –, discutir os interesses fundamentais da população do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu peço à deputada Maria del Carmen para assumir a Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, (Lê) “Desde o início do atual surto de febre amarela em nosso País, já foram notificadas pelas autoridades de saúde 277 mortes suspeitas de terem sido causadas pela doença.

Dessas, 162 já foram confirmadas como efetivamente provocadas pela febre amarela.

Ao todo, senhoras e senhores, já foram notificados no País 2.104 casos suspeitos de febre amarela. E a cada dia surgem novos casos, novas suspeitas.

Esses números estão atualizados até a última sexta-feira, quando o Ministério da Saúde recebeu os últimos boletins encaminhados pelas secretarias estaduais.

Hoje, podemos ter mais casos. Infelizmente, podemos ser mais mortes.

A Bahia, graças a Deus, graças ao nosso Senhor do Bonfim, registrou até agora apenas 22 notificações de casos suspeitos de febre amarela, dos quais 11 já foram descartados e 11 permanecem em investigação. E há apenas um caso de morte suspeita de ter sido causada pela doença, ainda sob investigação.

Mas, senhores e senhoras, todo cuidado é pouco. A febre amarela mata.

O estado brasileiro mais atingido no atual surto da doença é Minas Gerais. Lá, são 1.497 casos notificados e 197 mortes confirmadas como causadas pela febre amarela.

A questão é que Minas Gerais é o estado com a maior área de divisa com a Bahia. Faz divisa com Minas um vasto número de municípios das regiões Sul, Sudeste e Sudoeste da Bahia. Essa situação geográfica nos deixa bastante vulneráveis e muito preocupados.

A prevenção à febre amarela se faz por duas vertentes: de um lado, o combate ao *Aedes aegypti* e aos outros mosquitos transmissores do vírus da doença; de outro, a vacinação da população.

Sabemos que a Secretaria da Saúde do Estado, com o apoio do Ministério da Saúde, reforçou os estoques de vacina nos municípios baianos que fazem divisa com o território mineiro.

No nosso entendimento, porém, isso ainda é pouco, Nós só ficaremos numa situação segura, em relação ao atual surto da febre amarela, quando tivermos toda a nossa população vacinada contra doença.

Esse é o caminho. E não se diga que faltam recursos, que é caro. Não existe a palavra caro quando se trata de vidas humanas. É preciso enfrentar o problema e salvar vidas. Como está fazendo o Rio de Janeiro, cujo governo, mesmo enfreado graves problemas financeiros, decidiu vacinar toda a sua população contra a febre amarela.

Não há desculpa para não seguirmos esse exemplo.”

Ora o Rio de Janeiro está literalmente quebrado, não tem dinheiro para nada, mas lá o governo entende que é necessário fazer a vacinação de toda a população. Esse é o exemplo que deve ser seguido pelo governo do Estado da Bahia e não apenas nos municípios que estão na divisa com Minas Gerais.

Portanto, essa é a nossa sugestão para que o governo da Bahia providencie vacinar toda a população do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, senhores presentes às Galerias Paulo Jackson, que fica constantemente vazia, mas que nos deixa muito contente quando tem gente assistindo. Inicialmente, quero fazer um convite para a próxima quinta-feira, dia 30, o encerramento do mês da mulher, o Março Mulher, a partir das 14hs. Realizaremos uma sessão especial na qual homenagearemos algumas mulheres que se destacaram na Bahia, durante este ano e o ano passado.

Nessa ocasião, também insistiremos no debate dessa reforma que não é reforma mas o fim da Previdência. Faremos mais uma vez essa discussão, mostraremos para a sociedade baiana, para as mulheres presente e para a imprensa o que está acontecendo e qual o impacto dessa reforma ou do fim da Previdência na vida das mulheres.

Quero convidar a todos, sabemos das agendas pelo interior, mas ficarei muito feliz com a presença dos meus pares, na quinta-feira, dia 30, a partir das 14h, neste Plenário, para o encerramento do Março Mulher, insistindo nessa tema, que precisa ser freado, barrado. O Congresso reacionário, machista e racista e o presidente já estão atordoados, agora precisamos acabar de atordoá-los para que realmente eles tomem consciência de que o povo brasileiro e as mulheres não aceitam, essa reforma de fim da Previdência. Porque realmente é um absurdo o que eles querem fazer.

Nesse sentido, no dia seguinte, dia 31, estaremos nas ruas, em cada canto do Brasil, principalmente nas capitais. Aqui na Bahia, vamos sair do Campo Grande, a partir das 14hs, em mais uma demonstração de que o povo baiano também não aceita. Mesmo essa manobra de jogar a responsabilidade no colo dos governadores não vamos engolir. Vamos devolvê-la para quem elaborou esse escândalo, que se chama de reforma da Previdência, e insisto em dizer que não é reforma e, sim, o fim da Previdência. Então, dia 30 será nossa sessão especial e, dia 31, a nossa grande manifestação. Queremos colocar o dobro de pessoas que compareceram no dia 15 deste mês, quando o País todo foi para as ruas – infelizmente as *TV's* não mostram – dizendo que não aceita a reforma trabalhista, que não aceita a reforma da Previdência, que não aceita nenhuma medida antipovo que esteja sendo elaborada e planejada pelo governo golpista usurpador.

Infelizmente, temos uma notícia muito ruim, que é o corte de 61%, pelo governo federal, da verba destinada ao combate à violência contra a mulher. Quer dizer, no momento em que estamos numa luta acirrada para assegurar os nossos direitos, não deixar que o retrocesso leve de roldão todas as nossas conquistas durante tantos anos, o governo federal anuncia que vai cortar em 61% a verba destinada ao combate à violência contra a mulher. Vamos continuar essa discussão, já tivemos, hoje, como disse o deputado Marcelino, na secretaria de Segurança Pública e vamos insistir com o nosso governador que amplie os equipamentos para que a Lei Maria da Penha, o combate à violência vire uma luta, um debate constante e diário sobre esses problemas. Porque essa é uma realidade muito dura na vida das mulheres.

Ainda nesses minutinhos que me restam, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a nota da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros - sobre a reforma da Previdência. Eles dizem que é uma forma de ampliar a exclusão. A nota está assinada pelo Cardeal Sérgio da Rocha, arcebispo de Brasília, presidente da CNBB; Dom Murilo Krieger, nosso arcebispo de Salvador, vice-presidente da CNBB; e Dom Leonardo, bispo auxiliar de Brasília e secretário-geral da CNBB. Não vai dar tempo de ler, mas vou pedir que registrem como lida, porque, realmente, é muito interessante. Durante a sessão, se tiver tempo, faço questão de ler toda a nota da CNBB sobre a questão da reforma da Previdência, que eles se colocaram claramente contra.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Programa a Escola e o Legislativo. Informamos a visita dos estudantes da Escola Municipal Pedro Veloso Gordilho, do bairro de São Cristóvão. Muito obrigado pela visita. (Palmas)

Agora, para fazer uso da palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, é com muita satisfação que saúdo os alunos, o futuro deste Brasil, da Escola Municipal Pedro Veloso Gordilho, sejam bem-vindos a esta Casa, Srs. Funcionários,

senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero falar neste Pequeno Expediente sobre a lista fechada, e hoje terei tempo suficiente, porque voltarei no Grande. Por que tantos políticos da área federal agora passaram a defender o voto em lista fechada? Certamente, quando os bandidos do Congresso Nacional passam a defender uma tese, precisamos observar com cuidado, pois devem estar querendo alguma coisa. Seguramente não é reza, mas enganar o povo ou se beneficiarem de alguma maneira.

Os fatos: O sistema eleitoral brasileiro atual é o proporcional, onde o eleitor escolhe um candidato após analisar o seu perfil, ouvir as suas ideias, o desfile dos seus ideais e vota naquele candidato. Esse é o sistema proporcional.

No sistema eleitoral, chamado de lista fechada, o eleitor não vai à urna votar no candidato, votará no partido. Ocorre, que o seu voto elegerá os candidatos daquele partido que ele escolheu. Agora, esses candidatos são escolhidos pela direção partidária que farão parte de uma lista fechada, que determinará para quem vai o seu voto. Ou seja, você sairá de casa querendo votar num gato e o seu voto elegerá e poderá eleger um rato, aliás, os ratos são esses roedores muito presentes no ambiente político hodierno.

Vamos protestar contra essa mudança do sistema eleitoral para lista fechada, pois o que querem os deputados federais é esconder os bandidos atrás de uma lista fechada, e reconduzi-los à Câmara Federal. Imaginem, senhores, reeleger Eduardo Cunha, reeleger Rodrigo Maia, eleger Moreira Franco ou eleger Eliseu Padilha, só para citar alguns dentre tantos réus investigados pela Lava Jato, presentes na política nacional. Reitero com destaque desta tribuna, não votarei em nenhum candidato investigado pela Lava Jato. Defendo o sistema eleitoral denominado distritão, onde serão eleitos os mais votados.

Quero aqui exemplificar: são 39 vagas para a Câmara Federal, destinadas à Bahia, serão eleitos pelo distritão os 39 deputados mais votados na eleição; ainda, são 63 as vagas para deputados nesta Casa, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, serão eleitos os 63 deputados mais votados. São 13 vagas na Câmara do seu município, por exemplo, serão eleitos os 13 candidatos a vereador mais votados, esse é o distritão. Imagino, inclusive, que acabaríamos com essa imoralidade de o prefeito ou governador convocar um deputado ou vereador para beneficiar o suplente do partido, porque no distritão, o chamado deverá ser sempre o imediatamente mais votado. Sr. Presidente, no caso da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o 64º mais votado entre todos os candidatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para tratar de um assunto que ficou em evidência desde ontem nas matérias

dos jornais e nas matérias da mídia do território nacional. A pesquisa foi feita pela empresa *Datafolha*, portanto, instituto insuspeito, no ambiente das movimentações populares ocorridas no domingo passado.

O resultado da pesquisa mostra que 75% dos manifestantes têm renda superior a 10 salários-mínimos. Esses se dizem liberais ou originários do campo conservador da política. Vejam, 75% dessas pessoas, que apoiaram o impeachment da presidente Dilma, se disseram, claramente, opositores à reforma do presidente da República nos termos em que ela foi trabalhada.

Observem os senhores, pois eu estou falando das parcelas dos setores médios da população brasileira bem aquinhoadas como os profissionais liberais. Vejam, 75% dessa turma não querem a reforma posta pelo presidente golpista. Esses não querem! São os seus apoiadores que não querem.

Caros colegas, além disso, fui testemunha, em duas oportunidades, quando deputados federais foram impedidos de se pronunciarem no interior do Estado da Bahia, mais precisamente em Riachão do Jacuípe e em Cícero Dantas, porque eles haviam votado a favor da desregulamentação do ambiente do mercado do arcabouço jurídico das leis do trabalho e do mercado do trabalho. Essas pessoas votaram a favor da precarização do trabalho neste País, ou seja, na reversão das conquistas importantes na relação do trabalho. Esses votaram dessintonizados com o pensamento médio da população. Aliás, isso só para falar, apenas, do nosso Estado da Bahia.

Essa falta de sintonia será muito cara, porque parece que eles não estão percebendo que nós estamos desmontando o Estado de Bem-Estar Social que nós estávamos construindo durante os 13 ou 14 anos dos mandatos presidenciais de Lula e Dilma. Os primeiros degraus de conquistas foram negados à maior parte da população durante os cinco séculos de história formal depois da vinda dos portugueses aqui para o nosso País. É uma pena matar os sonhos e a utopia de milhões de brasileiros que tiveram, pela primeira vez, acesso ao mercado de trabalho, pois esses consolidaram, em suas mesas, 3 refeições ao dia com direito à proteína de alto valor biológico.

Desmontar isso significa não só reduzir o Estado, não só negar os direitos, não só detonar o programa de valorização do salário-mínimo, mas significa, também, acabar com a política de transferência de renda que colocou o Brasil no mapa dos países que mais aprofundaram o combate à desigualdade de oportunidades.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- E, aí, vem a reforma da Previdência. O nome não deveria ser este. O nome deveria ser um ataque frontal a um dos maiores instrumentos de divisão da renda e um ataque frontal contra a garantia de consumo, porque, deputada Maria del Carmen, dentre os 417 municípios da Bahia, 15 a 20% deles dependem do pagamento dos benefícios da Previdência Social aos seus segurados para girar a roda da sua economia.

É isso o que essa galera está fazendo, pois eles estão lutando a favor dos interesses das corporações que têm dinheiro neste País e, ao mesmo tempo, eles estão agachando o Legislativo nacional nesta vergonha e neste crime de lesa-pátria.

Desculpa, presidente, pelo tempo excedido.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- É sempre bom ouvi-lo, deputado, pois V.Ex^a encanta com a sua oratória.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Maria del Carmen, eu quero falar acerca de um projeto da maior importância que é de nossa autoria e do amigo e deputado Rosemberg. Trata-se da proposta de emenda constitucional à Constituição do Estado da Bahia. Tentamos votar esta matéria durante o mês passado. Então, através de uma sugestão em uma questão de ordem do deputado Targino Machado, a fim de ser cumprido todos os rituais que determinam a votação de uma proposta de emenda constitucional, a peça foi para Comissão de Constituição e Justiça. Lá foi vencido o prazo.

Então, hoje à tarde, eu vou solicitar, ao presidente da referida comissão, a designação do relator para a matéria que terá mais 5 dias para sua análise. Assim, na próxima semana, se tudo der certo, a gente vota esta proposta de emenda constitucional, pois a mesma é da maior importância, uma vez que a matéria trata da proibição da reeleição indefinida para presidente desta Casa. Bem, acredito que, na próxima semana, esta matéria irá à votação, pois ela obteve o apoio de todos os deputados presentes à sessão quando nós pedimos as assinaturas como apoio. Faltaram as assinaturas de 4 ou 5 deputados que não estavam presentes no momento do pedido.

Mas todos os deputados e todos os partidos comungaram ou comungam com a mesma ideia. Faltam alguns dias para sacramentar este assunto e para acabar este absurdo da reeleição indefinida para presidente desta Assembleia Legislativa. Então, pela proposta, acaba-se com a reeleição do mesmo candidato na mesma legislatura e só poderá ocorrer em nova legislatura, pois ninguém sabe quem serão os eleitos ou reeleitos.

Esta foi a primeira parte do meu discurso.

Agora, ao continuar, quero dizer que, há muitos anos ou há 10 anos mais ou menos, por diversas vezes, eu falei do absurdo, deputado Luciano Ribeiro, de algumas cabeças tapadas de homens públicos do nosso País ao criar, no IPHAN e no IPAC, este último aqui na Bahia, tantas dificuldades para a instalação de hotéis de alto nível em nosso Estado.

À época, havia o grupo hoteleiro da bandeira Hilton interessado em se instalar em Salvador. Esse grupo queria se instalar no prédio onde havia, antigamente, o grupo Paes Mendonça, quase em frente ao Mercado Modelo. Estou falando daquele edifício de azulejos portugueses que, hoje, está, praticamente, caído. Eu não passo ali na calçada, porque não quero morrer tão cedo. A bandeira Hilton quis vir para a Bahia

há 10 anos e não pôde. O grupo Hilton foi embora. Eles criaram tantas dificuldades por questão de um andar a mais ou um andar a menos. O grupo Hilton é um dos maiores do mundo e queria instalar um hotel 5 estrelas naquele local, pois a nossa cidade, vergonhosamente, carece.

O antigo Hotel Salvador, localizado em Ondina, está fechado há anos e não se sabe qual será a destinação do prédio. Há o local do Bahia Othon Palace. Há de se ressaltar o Hotel Pestana Bahia, localizado no mesmo prédio do antigo Hotel Méridien, que, também, fechou as suas portas. Me parece que o último hotel, bonzinho, vamos chamar assim, instalado aqui na Bahia, é a recuperação do antigo Hotel da Bahia que, hoje, já é o Sheraton da Bahia Hotel.

Então, imaginem uma cidade como Salvador, dita turística, que nem hotel que presta tem! A rede hoteleira está sucateada na Bahia.

Deputado Targino, os radicais e os xiitas impedem a construção de uma rodovia por causa de um ninho de rolinha. Ninguém é contra que se acabe ou que se devasse. Eu mesmo sou favorável a uma dura legislação para colocar os madeireiros, que devastam a Amazônia, na cadeia. Há a legislação para pegar as guias autorizadas para as madeiras. Eles inventam esses artifícios para desmatar e devastar. Que metam todos eles na cadeia de uma vez só.

Digo isso porque quanto às leis, nós as temos. O que falta é punição para os criminosos ficarem na cadeia. Mas isso é outra história. Não dá tempo para eu discorrer sobre o assunto neste momento.

Eu vi, durante esses dias, a prefeitura se manifestar a respeito. Me parece que ela está querendo dar uma destinação à altura da nossa cidade. Trata-se da instalação do Museu da Música Brasileira em um prédio a ser reformado no Centro Histórico de Salvador. A nossa cidade do Salvador é musical assim como também toda a Bahia. Então, eu acredito que se isso se concretizar, será um equipamento da maior importância para a nossa cidade.

E me parece que a Prefeitura está brigando, não sei, com os proprietários pela paternidade. Vão tentar fazer um acordo - vou concluir, Sr. Presidente - financeiro com eles. Caso não entrem em acordo, a Prefeitura vai desapropriar, uma atitude louvável dela para a nossa maltratada e coitada capital.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado!

Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, Imprensa, visitantes, deputada Maria del Carmen, vim aqui ontem falar sobre as reformas da Previdência - hoje o deputado Joseildo Ramos continuou nesse tema - e trabalhista. Alguém ontem daqui levantou, não me parece que foi do Partido dos Trabalhadores, a posição do prefeito de Salvador com relação à

sua defesa intransigente das reformas trabalhista e previdenciária como interlocutor da proposta do governo.

Não gosto de rebater essas questões. Mas, como Líder da Bancada petista, digo que o prefeito desta cidade vai para os meios de comunicação fazer chacota, inclusive dizendo que foi o PT que quebrou o Brasil e, por isso, tem que se fazer a reforma da Previdência.

Ora, quero lamentar a posição dele. Primeiro, ele precisa respeitar o Partido dos Trabalhadores. Segundo, precisa falar, ir às ruas fazer a defesa dessa proposta, porque tenho convicção de que em qualquer local público onde se posicionar será avacalhado, enxovalhado, como a maioria das pessoas que votaram no projeto da reforma trabalhista, o da terceirização, foram nos últimos dias. É preciso olhar o que a sociedade está pensando.

Lamento novamente a posição do prefeito de Salvador em relação a colocar sob a custódia do PT a situação que passa o Brasil, porque o presidente dele dizia que ia resolver os problemas. Mas está afundando o País, gerando problemas para a sociedade brasileira, a exemplo do último episódio da carne, em que gerou a maior crise para o segmento nacional das exportações com aquela operação extremamente equivocada coordenada pelo ministro da Justiça do seu governo.

Vim aqui neste espaço intervir para falar sobre a reforma política, e o deputado Targino Machado falou da questão da lista fechada. Precisamos aprofundar, deputado. Respeito bastante a sua posição. Mas o Partido dos Trabalhadores, que tem na sua origem a defesa do voto em lista, a tem não para proteger algum deputado ou deputada, mas sim porque na nossa discussão originária é com essa proposta que concordamos. Ela é a favor da fidelidade partidária, evitando assim que os deputados que se elegem sob uma determinada sigla, mas no meio do caminho mudam de posição na sua vontade individual - e aí, de repente, isso não corresponde ao que a sociedade votou, ou seja, no projeto do partido a cuja legenda estavam vinculados -, possam mudar de partido.

É isso que defendemos por algumas concepções: pela fidelidade partidária e pelo fortalecimento dos partidos para que possamos criar democracias internas nos próprios partidos - o que já tem hoje o Partido dos Trabalhadores - com eleições diretas, escolha direta de novos presidentes nos municípios do Brasil inteiro, voto dos seus militantes na base e, depois, escolha dos presidentes estaduais e nacional.

A forma de composição que defende o PT não é feita pelos dirigentes políticos de cada partido. É feita através duma eleição interna, como sempre foi a do Partido dos Trabalhadores, na composição das listas para as eleições, mesmo no regramento atual.

Por isso, acho que precisamos amadurecer muito este debate. É lógico que pode haver alguns deputados que queiram se esconder atrás dessa lista partidária. Não é o caso dos do PT, que tem na sua origem a defesa do fortalecimento dos partidos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não poderia deixar de subir a esta tribuna para dizer ao deputado Rosemberg Pinto que as declarações que o prefeito ACM Neto fez foram de um homem público que vê a política pública com responsabilidade. E foram as mesmas que vejo num site desta cidade, o *Bahia Notícias*, dadas pelo governador ao dizer que não é contra mexer no que precisa mexer.

É preciso que tenhamos, tanto no meio político como na sociedade, debates claros e maduros. Não adianta politizar situações para fazer com que os ônus da política caiam sobre determinadas pessoas que estão defendendo políticas públicas com seriedade.

Quero dizer mais ainda: o governador vem dando declarações que não são boas para o Parlamento ao falar sobre a CPI do Centro de Convenções que está sendo instalada nesta Casa, e o direito de instalá-la é legítimo, é nosso. Devemo-nos ater mais aos assuntos da Bahia, do Legislativo, das situações que acontecem aqui. Penso que tentem dominar as discussões em termos nacionais para fugir dos problemas deste Estado, talvez.

Depois que esta Assembleia tomou nova cara, parece que essa Comissão Parlamentar de Inquérito será instalada. Está sendo demonstrando isso. O governador, estranhamente, deu uma declaração dizendo também hoje: “Eu ficaria feliz se estivesse dando sugestões de bons projetos.” Ou seja, ele ficaria feliz se nós, deputados, estivéssemos dando sugestões de bons projetos.

Disse mais ainda: “Eu ficaria mais feliz se alguém estivesse dando sugestões de bons projetos e boas ações para que pudéssemos melhorar a vida das pessoas.” Alfineta e assina a matéria.

É por essas e outras razões que as pessoas dizem por que se pensa assim. Ele se refere a nós, deputados, como: “Esse cara ganha tanto pra ficar fazendo isso! Essa é a função dele!” Dele, nossa, dos deputados. É assim que ele tem de contribuir para a sociedade e a minha vida?! Ora, governador, tenha santa paciência!

Os fatos não podem ser ocultados. Temos apresentado aqui, dia após dia, sugestões, indicações, projetos, e S.Ex^a faz ouvidos moucos para isso. Não quer ouvir e não quer saber.

Ainda hoje, o jornal *A Tarde* trouxe um editorial - quero pontuar uma questão aqui - cujo nome é Sem Defesa, o qual fala exatamente da falta que a Defensoria Pública do Estado faz ao cidadão do interior, de todo o Estado da Bahia. Não há número suficiente de defensores públicos para defender os direitos dele.

Apresentei um projeto de lei nesta Casa e uma indicação ao governador para que ele fizesse valer o Estatuto da OAB, que diz, me parece, no seu art. 22, parágrafo primeiro, que é dever do Estado prestar assistência jurídica ao cidadão. Para pagar os defensores ativos, normatizar, como é normatizado em todos os Estados brasileiros. Só na Bahia não é. E faz com que o Estado até tome prejuízo, porque os juízes

nomeiam os advogados, fixam os honorários. O Estado paga aquilo que o juiz, aleatoriamente, fixa na sentença. Tenho visto condenações de R\$ 25 mil por um júri prestado.

Propus ao governador, fiz um estudo, busquei nos outros estados e condensei numa sugestão para que na Bahia fosse regulamentado, para que o governador mandasse a esta Casa o projeto de lei que é de iniciativa dele. Para que pudesse ter um convênio com a OAB e com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, para fixar os honorários por atos, para que o governador pudesse cumprir a lei federal e dar, então, ao cidadão, aquilo que ele precisa, que é o direito de se defender.

Como então, governador, nós não contribuímos? V.Ex^a é que não nos ouve, não valoriza o Parlamento. Não é esse cara que está aqui. Somos nós, os representantes do povo, governador. Não é esse cara aqui, não. Somos um parlamento independente, e acredito que todos os deputados, não só eu, tenham contribuições a dar, e V.Ex^a precisa reconhecer que este Parlamento cumpre o seu papel e exige apenas independência e respeito.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, só um minuto, pois o deputado Targino Machado vai usar o Grande Expediente. Só quero explicar o seguinte: eu não fiz nenhum questionamento à posição...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pelo amor de Deus...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Rosemberg Pinto tem a concessão desse tempo por esta Presidência. Ele vai usar o tempo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Qual foi o artigo citado?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concluiu? Pronto.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, de forma especial, cada homem e cada mulher que nos assiste através da *TV Assembleia*. Agora já é lei. Foi sancionada ontem pelo mordomo de filme de terror, presidente Michel Temer, a Lei das Terceirizações.

Inicialmente, o mordomo de filme de terror Michel Temer disse que aguardaria a aprovação pelo Senado de uma proposição em outros moldes para fazer a sanção. Mas mudou de ideia, para mandar os trabalhadores mais cedo de volta para as senzalas, de volta à escravidão. Enquanto isso, o ex-presidente Getúlio Vargas, pai e patrono da CLT, está se contorcendo no túmulo por este crime contra a nação brasileira.

Esse Temer está louco. Repito: esse cara – quem merece ser chamado de cara não são os deputados aqui –, presidente da República, está louco, endemoniado. É necessário um exorcista para retirar dele o diabo ou para mandá-lo de vez para o inferno. Esse Temer foi conduzido à Presidência da República da forma que todos nós conhecemos, mas o que ele queria mesmo era ser protagonista de um filme de Hollywood: “O Exterminador do Futuro”.

Esse Temer veio para exterminar, esse cabra veio para tentar exterminar os direitos adquiridos e consolidados dos trabalhadores brasileiros. Esse cabra louco, endemoniado, que está na Presidência da República, que já se chama Temer ou temer, veio para tentar exterminar o direito à aposentadoria em vida, porque o que ele deseja é aposentadoria pós-morte, embora esse cínico, desmemoriado tenha se aposentado ao 55 anos, com salário de R\$ 30 mil por mês. Esse presidente veio para exterminar os sonhos do senhor e da senhora que me assistem através da *TV Assembleia*, os sonhos de um futuro em paz, com segurança, junto à sua família.

Vai-te embora, Temer! Xô, Satanás, Xô, Satanás, pois o Brasil é temente a Deus, e Deus é brasileiro.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores na plateia, senhores na Tribuna de Imprensa, a notícia recorrente na mídia da Bahia e, porque não dizer, da maioria dos estados brasileiros é a falta de vaga nos hospitais, nas UTIs, a dificuldade para se marcar um procedimento, às vezes, simples como mamografia e ultrassom da próstata.

Mas, agora, em Salvador, a mídia aponta, se não fosse trágico seria hilário, que, em decorrência do alto nível de violência, há a ocorrência de falta de vagas em cemitérios. Às vezes pensamos que a coisa está ruim e não pode piorar, mas na Bahia só faz piorar.

(Lê) “A Bahia tem o maior número absoluto de homicídios do Brasil, com cerca de 36 homicídios por 100 mil habitantes.

Especialistas apontam que isso ocorre, também, em decorrência do endurecimento de políticas públicas de segurança em estados vizinhos, como São Paulo e Minas Gerais, estimulando a bandidagem a sair de lá e migrar para o Nordeste. Chegam à Bahia e encontram um ambiente aqui absolutamente favorável ao crime, pois a segurança pública é menos rígida, para não dizer inexistente, em relação a outros estados.

Então, Srs. Deputados, as fronteiras do Estado da Bahia estão abertas...” para os criminosos.

De igual modo, a cidade onde moro, Feira de Santana, e outras da região estão vulneráveis à violência rural e urbana.

Somente no ano de 2016 ocorreram 375 homicídios em Feira de Santana, um número absurdo, uma média vergonhosa de mais de um homicídio por dia.

Denunciei, aqui, na segunda-feira da semana passada, o estado de insegurança que em 13 de março atingiu os moradores do distrito de Humildes, que não é diferente dos outros 7 distritos do Município de Feira de Santana.

Observem, Srs. Deputados, o verdadeiro acinte da bandidagem. Falei no dia 13, e no dia seguinte, 14, ocorreu um arrastão nas ruas daquele distrito, com diversos assaltos, tudo à luz do dia. Sentem-se, hoje, em uma casa abandonada, entram pela porta da frente, que acham aberta, e saem pela porta dos fundos sem que ninguém os admoestem, porque não existe, infelizmente, segurança na Bahia. E a bandidagem está afrontando a todos indistintamente, inclusive as autoridades.

‘Toma providência, cara,’ devolvendo-lhe o tratamento, mas devo me dirigir a V.Ex^a como excelência. ‘Tome juízo, governador.’

Lá, em Humildes, há um delegado que durante todo o ano passado não prendeu um só bandido.”

Vejam como é grave! Há uma delegacia de polícia em Humildes que conta com uma viatura que fica lá das 9 horas até as 18 horas e some. Isso de segunda a sexta-feira. E não aparece no sábado e no domingo, como se fosse um carro para transportar o delegado.

Durante o ano passado não se prendeu ninguém. Ocorre, deputado Rosemberg, que o delegado está ali lotado há 5 anos, e diz que falta somente 1 ano para se aposentar e que está fugindo de problemas por causa disso. Talvez seja pela falta de exemplo que o governador e o secretário da Segurança Pública precisam dar. Eles precisam tomar conhecimento de uma delegacia em que não se prendeu ninguém. Então, para que essa delegacia, que custa tanto ao Erário?

Vizinha à delegacia do distrito de Humildes existe uma loja que foi assaltada 6 vezes neste ano.

Até ontem, não posso garantir hoje, porque estou batendo muito, a delegacia da Polícia Civil do distrito de Humildes, em Feira de Santana, não havia registrado uma prisão sequer.

Ora, quem merece estar preso é esse delegado, porque é com o beneplácito, a irresponsabilidade dele, que não põe a Polícia Civil para fazer o seu principal papel, que é desenvolver a inteligência para chegar ao bandido antes que o bandido chegue à sua casa, antes que pratique o ato... Ele precisaria trabalhar e não está fazendo isso.

Quero, novamente, chamar a atenção do secretário da Segurança Pública e do governador que o povo de Feira de Santana, da Bahia clama por uma política de segurança pública. Não é possível, não é crível que no ano passado tenha existido mais homicídios na Bahia do que no Estado de São Paulo.

Não faço, aqui, defesa partidária de ninguém, não tem nada a ver com os governos de São Paulo, nada a ver, não tenho nenhuma identidade ou vinculação. Mas

não é possível que tenha havido mais homicídios aqui do que no Estado de São Paulo. Essa é a estatística.

Quero aproveitar um minuto da minha fala para dizer ao deputado Rosemberg que o distritão... O deputado Rosemberg está ligando para saber se os dados conferem ou não conferem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) Talvez os dados fornecidos pelo *Google* sejam diferentes dos dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública, mas, mesmo assim, eu lhe darei o aparte solicitado.

Quero me referir à fala, há pouco, do deputado Rosemberg, a respeito do sistema político, para dizer uma coisa que não abordei na minha fala no Pequeno Expediente. É necessário, sim, implantar o sistema político distritão, no qual se elegem os mais votados, por todas as razões que apontei e por uma que esqueci de apontar: não há homem, não há mulher, não há eleitor que entenda a conta que o sistema eleitoral proporcional faz.

Um candidato a deputado ter 50 mil votos e não se eleger; o outro ter 25 mil votos e vir para aqui. Não há quem saiba fazer essa conta. Alguns políticos sabem fazer, mas não são todos aqui. O distritão acabaria com isso, deputado Rosemberg, porque é difícil explicar. Nas cidades do interior onde V.Ex^a milita, onde tem militantes, como é que um candidato que teve 700, 800 votos não se elegeu, mas outro, acolá, teve 180, 200 votos se elegeu? O distritão acabaria com isso.

Vamos entender que quem quiser ser grande, que cresça! E cresça privilegiando a meritocracia, o mérito, o trabalho. A resposta do povo nas urnas está premiando o trabalho, porque nada resiste ao trabalho. Quero que o novo sistema eleitoral acabe com as agremiações de aluguel. Quero, estando eu na política ou não, quero sim!

V.Ex^a ainda quer se manifestar?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Pois não, com o aparte o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Primeiro, deputado Targino, quero dizer que, não tenho dúvida, estamos vivendo um problema sério de segurança pública no Brasil. Não é nem de segurança pública, é de violência no Brasil. Esse problema, que estamos enfrentando nas duas últimas décadas, requer ações unificadas num país continental como este. Isoladamente, nenhum estado vai resolver o problema da violência. É preciso ter uma certa ação unificada.

Na hora que você toma uma medida mais drástica na Bahia, esse crime organizado se desloca para Sergipe; quando se toma em Sergipe, vai para Alagoas; e assim sucessivamente, ou seja, é preciso criar ações extremamente integradas.

Aqui, na Bahia, quero dizer o seguinte: é natural as queixas de diversas áreas, mas o governador tem tomado algumas medidas, inclusive amanhã estará na cidade de Itabuna entregando 50 viaturas para a Polícia Militar e Polícia Civil, para as diversas cidades, ele acabou de contratar diversos delegados. Acho que, sobre o

delegado de Humildes, eu mesmo levarei esse questionamento ao governador. V.Ex^a falou aqui, na semana passada, sobre essa questão.

Também levarei questionamentos ao delegado da minha cidade, porque, ao invés dele estar preocupado com a criminalidade, ele está preocupado muito mais com questiúnculas de família etc e tal. Acho que é preciso repensar o papel dos delegados de polícia para que não atuem sob esse espírito. O agente de polícia não pode ser o motorista do delegado, o carro é para servir à população. Esses questionamentos são de extrema relevância.

Quero também parabenizar V.Ex^a, para encerrar meu aparte, no que se refere à sua posição em relação ao projeto da terceirização. Eu também fiquei muito indignado e quando falei aqui, deputado Luciano, não fiz nenhum questionamento à posição do prefeito de Salvador, se ele defende uma tese ou outra. Eu defendo a minha, ele defende a dele. Agora, o que eu não posso fazer é jogar essa responsabilidade para o Partido dos Trabalhadores, coisa que ele fez. Foi sobre isso o questionamento.

Quero dizer que a grande responsabilidade por levar os trabalhadores, hoje, a uma situação de trabalho de 50 anos atrás, sem dúvida alguma, é do presidente que deu um golpe, o Michel Temer, obviamente validado pelos deputados que votaram nessa tese que, na minha opinião, vai de encontro aos interesses dos trabalhadores.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Deputado Rosemberg, incorporo o aparte de V.Ex^a à nossa fala e concedo o aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Targino, quero, de forma humilde, contribuir para o seu pronunciamento no que diz respeito à questão da segurança pública na Bahia. Esse é um reclamo de ordem geral. Você chega em qualquer ponto do nosso Estado, a maior queixa da população diz respeito exatamente à segurança pública.

Nós sabemos que esse é um problema de ordem nacional, mas aqui na Bahia tem uma particularidade que precisa ser desfraldada. O governo da Bahia, o atual governo, os dois últimos governos pelo menos, ao longo do tempo, tem diminuído, no orçamento, a participação dos gastos com a segurança pública, seja no que diz respeito ao custeio, seja no que se refere aos investimentos.

Portanto, é importante registrar, é importante, inclusive, que pronunciamentos como o de V.Ex^a cheguem ao conhecimento do secretário da Segurança Pública, para que chamem a atenção dele exatamente sobre esse nível de investimento, a participação da segurança pública no total do orçamento.

Quero, dessa forma, contribuir com V.Ex^a e parabenizá-lo por esse pronunciamento que diz respeito à segurança pública na Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Incorporo também o aparte de V.Ex^a, deputado Hildécio Meireles.

Quero aproveitar o resto do tempo para dizer que (Lê) “A seca que atinge o território baiano, de forma recorrente, dizima os rebanhos, a lavoura, os combalidos recursos dos sertanejos, embora estes reconheçam como patrimônio líquido e certo do catingueiro a seca e a enxada. A seca que nunca se combate efetivamente e a enxada que nunca amadurece neste Brasil.

Seca infame, tornada cada vez mais devassaladora pela irresponsabilidade dos dirigentes, incapazes da adoção de medidas a mitigar os seus efeitos. Não entendo para que SUDENE, DNOCS, tantas secretarias de estado, ministérios e uma legião de órgãos públicos, todos incapazes de apresentarem, ao longo de décadas, políticas públicas a permitir a mudança desta rotina, que penaliza tantos irmãos sertanejos com um sol a esgaçar a cútis, fragmentar os sonhos e aniquilar o conjunto de bens familiares amalhando com tanto sacrifício ao longo do tempo.

As medidas são sempre paliativas na medida que visam, tão somente, aliviar, momentaneamente, mas não são capazes de resolver o problema central.

Ações emergenciais distribuem reservatórios para as águas da chuva. Constroem cisternas tipo coité, para a mesma função. Enquanto isto os córregos, riachos e rios seguem sem serem perenizados permitindo o desperdício de tanta água, que nos dias seguintes farão tanta falta.

O semiárido tem na sua maioria solos agricultáveis, padecendo de medidas acauteladoras a evitar o *status quo*. Enquanto isto, vê-se a desertificação de vastas áreas do nosso estado.

Fruto de tudo isto, a Bahia enfrenta uma crise hídrica sem precedentes. Agravada pela irresponsabilidade da Embasa, empresa encarregada de distribuir vida, representada pela água.

Enquanto isso, a distribuição é irregular. A água não tem a qualidade que deveria e o preço pago pela população é desproporcional ao serviço prestado, à água entregue.

No último final de semana fiz um périplo por cidades do interior, retornando decepcionado com o que pude ver. Além de pastagens devastadas pela seca, fome produzida pela falta de chuvas, sertanejos comprando cactus, mandacaru, para alimentar os rebanhos e, as vezes, a própria família. Além disto vi a Embasa vendendo água turva e malcheirosa à população de Capela do Alto Alegre. Trouxe um comunicado distribuído pela Embasa, dando ciência da existência deste fato: água turva e malcheirosa, segundo a Embasa em decorrência ‘da falta de chuva deve ter ocasionado a morte de algas nas duas barragens que fornecem água’. Causou-me espanto pois a água é vendida como tratada – pois é! Não sabia que o tratamento da água pela EMBASA era feito através do uso de vegetações aquáticas.

Isto é uma vergonha.”

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a participação de todos e de forma especial a participação na nossa fala do deputado Rosemberg Pinto e do deputado

Hildécio Meireles, ambos concordando comigo, que o problema da segurança pública é grave na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao Líder do governo, da maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PSB/PPN para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará o deputado Zó, por 6 minutos e o deputado Angelo Almeida por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, o deputado Zó pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, demais colegas deputados e deputadas, povo que nos assiste, imprensa, funcionários. Ouvi o deputado Targino Machado falar em seca aqui e eu vou falar na solução da seca, que infelizmente estão tentando atrapalhar na cidade de Casa Nova, na cidade do querido amigo deputado Adolfo Viana.

Pois bem, vou contar um fato, aqui, que já foi pronunciado ontem pelo deputado Odacy Amorim, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O Projeto Senador Nilo Coelho, que irriga as terras de Pernambuco, mais precisamente na cidade de Petrolina, pega água no território baiano, na parte baiana do Rio São Francisco, e parte desse canal principal do projeto Senador Nilo Coelho e do projeto Maria Tereza, este último é um projeto de expansão do anterior, passa nas terras baianas, irriga algumas fazendas baianas e depois segue para irrigar as terras de Petrolina. Trabalhei no Nilo Coelho em diversas empresas, trabalhei na assistência técnica de lá. Veja bem o que acontece, meu caro Joseildo, lá, na saída do canal, alguns produtores ocuparam lá, começaram a produzir há mais de 5 anos, deputado Hildécio, e agora querem desapropriar. Primeiro, arrancaram as bombas dizendo que a água está sendo usada de modo irregular. Os produtores querem regularizar-se, querem regularizar sua situação, a terra que usam. Uma terra árida, seca, como é a daquela região, e dizem que é uma área de reserva ambiental do Projeto Senador Nilo Coelho e do Projeto Maria Tereza. Uma área de 1.600 hectares, que fica na Bahia, é reserva ambiental do projeto que está em Petrolina, Pernambuco, cidade-irmã, - eu já trabalhei muito lá – e a área de reserva ambiental ficou na Bahia.

De produção para pequeno, na Bahia, nada! Era hora da contrapartida do projeto Nilo Coelho com a Bahia, de onde é retirada a água do rio São Francisco! Não tem nada para a Bahia. E agora tem essa briga jurídica lá. Nós entramos com um advogado para tentar ver isso, são mais de mil produtores assentados lá, do MST e associações de produtores da região, inclusive de Petrolina e de outras cidades da Bahia, fica em Santana do Sobrado, no município de Casa Nova.

Eu tive uma reunião com a turma, foral lá, levaram bomba, levaram cano, parece que tocaram fogo, com o apoio inclusive de empresários que fazem parte dessa região onde há essas ocupações.

O que eu quero aqui, inclusive o deputado Odacy Amorim falou ontem, há outras pessoas que estão engrossando essas fileiras, o próprio deputado Valmir Assunção, políticos da cidade de Casa Nova hoje têm uma sessão especial para discutir o problema na Câmara de Vereadores de lá,. São 1.100 famílias aproximadamente e quase 4.000 empregos. E, aí, onde é que essa turma vai? O que é que se vai fazer? Essa área de reserva ambiental pode ser trocada por outra área com a ajuda da Prefeitura de Casa Nova, com o Estado da Bahia e com o Estado de Pernambuco. O que não pode é tirar da área de produção, numa época crítica dessa, trabalhadores que estão produzindo, que estão ganhando seu dinheiro e sustentando suas famílias, que estão longe de ir para periferia das cidades e inchar cada vez mais e gerar problemas, como a violência.

Eu estou colocando isso aqui porque conheço muito da agricultura irrigada do Vale do São Francisco, como técnico que sou. E estou falando isso porque sei que as pessoas que estão lá, como eles vivem e os que vivem nas áreas de seca a grande diferença que há entre as pessoas que estão na área de produção e as pessoas que estão na área de sequeiro.

Esse conflito que há hoje em Santana do Sobrado, na borda do canal do projeto Nilo Coelho, perto da cidade de Sobradinho é um conflito preocupante porque não queremos aceitar que mais de mil famílias possam ficar sem a sua condição de produzir. Os produtores querem regularizar sua situação, querem continuar produzindo, tanto a questão de ter a outorga da água, como a questão da titularidade da terra. Há possibilidades? Há! Há porque no próprio Projeto Senador Nilo Coelho muitas áreas depois entraram como áreas adicionais, fizeram bombeamento direto do canal. Por que na Bahia não pode, se essa concepção de projeto foi feita há mais de 30 anos? Se desenvolveu Petrolina, precisa dar a contrapartida para a Bahia. Se desenvolveu Pernambuco, se deu possibilidades à região toda, inclusive a mim e a outros moradores de Juazeiro e de outras cidades da Bahia, precisa que a terra na Bahia tenha sua exploração garantida, principalmente depois de mais de 5 anos, onde há plantio de frutas, como manga, goiaba, banana, culturas perenes e que precisam ser garantidas.

Por isso estou trazendo aqui à Assembleia Legislativa, hoje, esse que é um problema de Santana do Sobrado, na cidade de Casa Nova, e da Bahia inteira.

E é um problema de Pernambuco também, haja vista, como já disse, que o deputado Odacy fez um pronunciamento ontem na Assembleia Legislativa sobre esse assunto, porque muitos que estão assentados lá são originários daquele Estado – de Petrolina e de outras cidades pernambucanas.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui na Assembleia Legislativa o interesse e o compromisso que temos de defender aquele povo que produz e precisa permanecer na terra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Angelo Mário Cerqueira de Almeida pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Galerias que nos ouvem neste momento, telespectadores da *TV Assembleia*, na condição de membro da Comissão de Saúde desta Casa e também como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência da Bahia, quero aqui fazer dois registros que considero importantes.

O primeiro, Sr. Presidente, é que em 26 de março foi celebrado, no mundo inteiro, o Dia Mundial da Consciência da Epilepsia, conhecido como *Purple Day*. O segundo registro é sobre a Semana da Conscientização sobre o Autismo, o Transtorno do Espectro Autista.

Sobre o último dia 26, quero aqui celebrar com o secretário Fábio Vilas-Boas e com o governador Rui Costa a iniciativa pioneira que vem sendo tomada para, em breve, entregarmos ao povo da Bahia, pela primeira vez, um hospital público, do SUS, que possibilitará ao pobre fazer uma cirurgia para atacar, para combater a epilepsia. Repito, é um fato inédito na história da saúde pública do Estado da Bahia.

A epilepsia é uma doença bastante comum que atinge, segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde, 1% da população mundial. E nos países em desenvolvimento, deputado Arimatéia, esse índice é maior do que 1%.

A morbidade, a escassez... E nos casos refratários é muito alto o isolamento social, a depressão, o suicídio, o declínio cognitivo, consequências que podem atingir uma pessoa com epilepsia.

E quando o governo do Estado, através de políticas públicas, começa a esboçar... Em breve o Centro de Referência em Epilepsia Refratária na Bahia implementado no Hospital Roberto Santos. E nós aqui na Assembleia temos que “dar a César o que é de César”. Devemos parabenizar o secretário e, também, o diretor do Hospital Roberto Santos, que tiveram a coragem de enfrentar essa problemática de frente.

E queria ainda registrar que, com um Centro de Referência como esse, não só haverá a oportunidade para as pessoas que não têm condições de pagar R\$ 20mil, R\$ 25 mil por uma cirurgia, como também será oferecida a necessária UTI. Enfim, teremos a oportunidade de ter o SUS a serviço do povo que mais precisa.

Como diz o governador Rui Costa: “Nós estamos fazendo mais por quem mais precisa”. Portanto, destaco essa celebração ocorrida no domingo passado, dia 26 de março, com este pronunciamento.

No curso desta semana estamos vendo as pessoas envolvidas nas lutas por justiça, por respeito, por consideração às pessoas autistas. E esse esforço culmina no próximo 2 de abril, justamente o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Estive hoje pela manhã – e quero parabenizar todos os protagonistas dessa ação – em minha cidade, Feira de Santana, acompanhando de perto uma exposição fotográfica de pessoas autistas, principalmente crianças. No próximo domingo acontecerão atividades no mundo inteiro, e em Feira de Santana participaremos de

uma caminhada simbólica de deferência, de carinho e de respeito às pessoas com autismo.

Portanto, Sr. Presidente, quero dar aqui a minha contribuição. E como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência da Bahia estive na semana passada, dia 21, em Brasília acompanhando uma atividade proposta pelo senador Romário, do meu partido, PSB, que teve muito simbolismo, muito carinho e muito amor: um show lá no Plenário do Senado para celebrar e demonstrar respeito às pessoas portadoras da síndrome de Down.

Ao agradecer a todos, Sr. Presidente, quero também, em nome da presidência da Frente Parlamentar, dizer que no próximo dia 31 estaremos na Fecomércio participando de um debate, representando esta Casa, sobre o papel do Legislativo e também da iniciativa privada para a criação de políticas públicas que busquem demonstrar a importância de se discutir o cuidado e o respeito às pessoas com deficiência no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Prisco e José de Arimatéia, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, deputados presentes ao Plenário, boa-tarde a todos, em primeiro lugar.

Sr. Presidente, ouvi a fala dos companheiros sobre a questão da segurança pública na Bahia. Pois bem, só no dia de hoje já foram registradas, em Salvador e na Região Metropolitana, a ocorrência de quatro homicídios. No final de semana foram 26 só em Salvador e Região Metropolitana.

A cidade mais violenta do Brasil está na Bahia, Simões Filho, segundo últimos dados últimos mostrados na imprensa. Das dez cidades mais violentas do País, seis são da Bahia; esse é o ranking da violência no Brasil. Então, não sei onde está essa melhora na segurança pública que eles tentam inventar, já que as ruas e a população veem outra coisa bem diferente.

Neste final de semana, mais um hotel foi assaltado e os turistas, todos eles, saqueados. É uma rotina. Na cidade de Cachoeira, em apenas 2 meses outro assalto a banco. E aí, qual a providência? Enxuga-se gelo: vão retirar policiais de toda a região para montar uma Companhia Independente em Cachoeira. Esvaziam as outras cidades para montar uma Companhia Independente para fazer bravata política em Cachoeira. Vão tirar esse efetivo de onde? Das cidades vizinhas. Já está até circulando o pedido

de uma média de seis a nove policiais das cidades circunvizinhas. Ou seja, vão descobrir um santo para cobrir outro.

É mais uma bravata política desse governo na área da Segurança Pública. Um investimento, como o próprio deputado Hildécio Meireles colocou de forma muito sábia, nos últimos 2 anos, um governo que se diz preocupado com a segurança pública, no orçamento desta Casa, teve uma diminuição na verba para a segurança pública. Essa é a preocupação deste governo que gasta muito mais em publicidade, em propaganda, do que em segurança pública.

Faço um desafio a esta Casa, já falei várias vezes, vamos visitar os quartéis, vamos visitar as delegacias, na capital e no interior, para ver as condições de trabalho tanto dos policiais civis quanto dos policiais militares. Vamos ver como é que estão as condições do Corpo de Bombeiros, que só tem apenas 16 unidades, dos 417 municípios do Estado da Bahia. Esse é o modelo da farsa, da demagogia e da mentira da propaganda desse governo. Só faz isso para enganar a população e nada mais. A segurança pública está uma lástima, a violência aumentando a cada dia; e nenhuma providência é tomada por este governo.

E aí quer falar de Brasília, da reforma da Previdência, da reforma trabalhista. Como deputado do PPS – mesmo tendo relator da reforma da Previdência –, sempre me coloquei contra esse modelo de reforma da Previdência que está aí e sou contra a reforma da Previdência que querem implementar. Mas essa reforma vem para a Bahia. Aí eu quero ver os mesmos deputados que fazem aqui o discurso na hora de votar aqui contra o governo e a favor do trabalhador. Quero ver se vão fazer isso, porque aqui só vi esse governo votar contra, todos os deputados aqui presentes, tudo o que chegou nesta Casa a favor do trabalhador, do servidor público. Inclusive o teto da Previdência foi votado aqui nesta Casa, semana passada ou retrasada, com votos contrários à Bancada de Oposição.

Então, essa política de enganação não cabe mais. A população tem que acompanhar, a cada dia, a votação para ver. Sou contra a reforma trabalhista, contra a reforma da Previdência que o governo Temer está propondo, como também contra a reforma política sem uma discussão ampla com a sociedade, sem o debate necessário para que a sociedade, realmente, coloque aquilo que ela quer.

Não podemos generalizar que todo político não presta. Essa política também, com essa pichação que estão querendo colocar nos políticos, não cabe a nós. Não é o momento para isso. Mas não pode ter dois discursos. Aqui tem um discurso, e quando fala de Brasília tem outro discurso totalmente contrário. Não é essa a postura que a gente quer.

Quero ver, quando a reforma chegar nesta Casa, como é que será feita a defesa da Bancada de Governo em relação aos trabalhadores. Estou vendo todos os governantes, aqui, da Base do Governo e todos os sindicatos calados em relação ao reajuste do servidor público do Estado. Já está indo para o segundo ano o reajuste zero para essa categoria, e não vemos nenhum deputado e nenhum sindicato, praticamente quase todos eles calados, com exceção de um ou outro, a exemplo do Sindicato dos Servidores Penitenciários, a quem parabenizo. Mas a maioria

esmagadora está fazendo discursos só para defender o governo estadual e está contra o governo federal. Mas, aqui nesta Casa, não vemos um trazer uma bandeira, uma discussão – se fosse nos governos passados isso aconteceria –, e o servidor público continua sem reajuste há dois anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, pelo tempo de 6 minutos, ao nobre deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *Canal Assembleia*, imprensa falada e escrita aqui presente, nós tivemos, hoje pela manhã, uma audiência pública sobre hemodiálise na Bahia, onde estiveram presentes o Ministério Público, as Associações, o representante do Dr. Fábio Vilas Boas, Secretário de Saúde do Estado; também o *Canal Assembleia* transmitiu para o Brasil, para a Bahia, a importância dessa audiência.

(Lê) *“De acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, a hemodiálise é um procedimento através do qual uma máquina limpa e filtra o sangue, ou seja, faz uma parte do trabalho que o rim doente não pode fazer.*

O procedimento libera o corpo dos resíduos prejudiciais à saúde, como o excesso de sal e de líquidos. Também controla a pressão arterial e ajuda o corpo a manter o equilíbrio de substâncias como sódio, potássio, ureia e creatina.

A hemodiálise está indicada para pacientes com insuficiência renal aguda crônica grave e a situação desta parcela da população na Bahia está verdadeiramente preocupante.

Não bastando as dificuldades impostas pela condição limitada de saúde, o sistema de hemodiálise do nosso estado necessita de medidas emergenciais, de acordo com o Conselho Regional de Medicina da Bahia (CREMEB), que vem sendo frequentemente notificado a respeito dos 200 pacientes renais aguardando, na fila, vagas em clínicas e hospitais.

Sensíveis a esta grave situação, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram uma ação civil pública, no último mês de fevereiro, para assegurar o direito de assistência adequada aos portadores de doença renal crônica.

Na visão dos órgãos, a oferta atual do serviço de hemodiálise é desproporcional ao número de pacientes, e a desassistência às pessoas que necessitam de cuidados imediatos é recorrente. Além disso, a cada ano, o número de pacientes crônicos aumenta sem que haja a proporcional abertura de novos serviços.

Está mais do que claro, meus amigos, que mais do que gravíssima, a situação dos pacientes renais da Bahia necessita de medidas corretivas em caráter de urgência.

Para isso, a frente parlamentar da saúde une forças com a Comissão de Saúde desta casa, no intuito de agir e contribuir positivamente nesta mudança, além de atuar como fiscais da União, do Estado e do Município em suas obrigações para com a população necessitada.”

Diante dessa situação, Sr. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar, uma das maiores dificuldade – inclusive está dentro desse processo que o próprio Ministério Público Estadual está tramitando – são as reclamações da falta de medicamento. As pessoas estão passando por essas dificuldades. Os transplantados estão também enfrentando esta dificuldade de não ter aquilo que lhe é de direito.

(Lê): *“O Conselho chegou a comunicar, no final do ano passado, que dois serviços de nefrologia conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) notificaram os gestores de Saúde e informaram ao Cremeb que não teriam mais intenção de renovar o contrato de prestação de serviços de diálise sem que houvesse o devido reequilíbrio financeiro.*

O entrave principal, segundo o Cremeb, é a baixa remuneração dos procedimentos, em valores inferiores ao custo, pois são corrigidos abaixo da inflação desde 2001. Além disso, desde 2013, o valor deste procedimento não é reajustado na tabela SUS, de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Com isso, os contratos, que estavam ativos desde Janeiro de 2013, expirariam no dia 16 dezembro de 2016, deixando desassistidos cerca de 290 pacientes em Salvador.

No âmbito Estadual, o agravamento desta crise no sistema de hemodiálise segue no mesmo ritmo. O presidente da Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais da Bahia (Renal Bahia), José Vasconcelos de Freitas, presente na audiência pública, denuncia que, atualmente, cerca de 45 clínicas espalhadas pelo nosso Estado, de norte a sul, que prestam este serviço, correm o risco de parar de atender os pacientes por falta de repasses dos recursos do SUS. Existem mais...”

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Concluindo, Sr. Presidente

Existe uma medida urgente do secretário da Saúde do governo para resolver esse tipo de problema. Porque não podemos mais aguentar essa situação de vários anos sem mudança. Esperamos a sensibilidade do governo do Estado e dos Municípios para resolver esse processo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falarão os Srs. Deputados Antônio Henrique Júnior e Joseildo Ramos, respectivamente por 4 e 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Antônio Henrique Júnior pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê) “Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras, boa tarde.

No mês de janeiro o governador Rui Costa e o vice-governador João Leão estiveram em Formosa do Rio Preto, no oeste baiano, para entregar a obra de recapeamento asfáltico de 80 quilômetros da BA-255, trecho conhecido como Estrada da Coaceral.

Uma rota muito importante para o escoamento agrícola que antes era percorrida em, aproximadamente, 3 horas e agora está sendo feita em apenas 50 minutos.

Como é do conhecimento de todos, a região oeste está consolidada como a maior fronteira agrícola do Brasil e tem no transporte rodoviário, praticamente, o único modal de escoamento de suas safras de grãos.

Razão pela qual é de fundamental importância que as rodovias estaduais e a malha viária vicinal recebam constantes obras de conservação e manutenção para que os nossos produtores não sejam onerados ou sofram prejuízos que possam inviabilizar os seus empreendimentos rurais.

Para nossa satisfação, temos excelentes notícias:

A primeira é que, mesmo com as chuvas irregulares durante o período de plantio, as perspectivas para a safra, principalmente para a cultura da soja, são as melhores possíveis.

Com previsão de safra recorde, segundo levantamento do conselho técnico da associação de agricultores e irrigantes da Bahia (Aiba).

Outra excelente notícia, é que as estradas baianas vão passar por serviços de conservação e manutenção.

O processo licitatório já foi concluído pela secretaria de infraestrutura (Seinfra).

Serão investidos mais de 55 milhões de reais, recursos provenientes do fundo estadual de logística de transportes, para as intervenções em de 350 municípios, com execução de serviços em mais de 18 mil quilômetros de extensão.

Na região oeste já foi entregue o trecho da BA-255, com a previsão de que, ainda este ano, vai ser feita uma nova intervenção para a colocação do Cbuq nesta estrada, pela qual transitam caminhões muito pesados, para que ela dure muitos anos.

Outras 18 estradas estaduais também serão beneficiadas com serviços mais emergenciais como a retirada de vegetação que encobre a sinalização da pista, tapa-buracos e a limpeza de bueiros.

Para isso, já está sendo instalada, em barreiras, a empresa CTA, vencedora da licitação, que permanecerá por um ano na região, priorizando as obras em trechos com pior situação de trafegabilidade.

Diante do exposto, senhor presidente, peço que se faça registrar, nesta casa, o reconhecimento e o agradecimento da população do oeste baiano ao governador Rui

Costa e ao vice-governador João Leão, por interiorizar as ações do governo para atender as nossas demandas que são legítimas e urgentes.

Aproveitando o momento de anúncio de ações positivas do governo da região oeste informo que, ontem, estive presente no ato de assinatura do contrato entre o governo do Estado e o Município de Barreiras para obras de microdrenagem e urbanização nos bairros São Paulo, Morada da Lua, Vila Juri e Vila Regina.

Esta obra, senhor presidente, foi prioridade da gestão do ex-prefeito Antônio Henrique, que se empenhou ao máximo para cumprir todos os trâmites necessários, desde a concepção do projeto até a liberação dos recursos oriundos da Desenhahia, na ordem de 18 milhões de reais.

Finalmente, ontem, todas as etapas burocráticas foram concluídas e a população barreirense já pode comemorar o início imediato das obras.

Temos que comemorar, também, senhor presidente, a postura ética do governador Rui Costa que não criou nenhum empecilho na liberação de recurso financeiro para uma prefeitura agora comandada por um gestor ligado ao seu principal adversário político.

Lembrando sempre que esta era uma obra aguardada por todos. A maior reivindicação da comunidade na área de infraestrutura do município.

É este tipo de ação que identifica o homem público comprometido com o bem-estar da coletividade, cumprindo o que todos esperam dele: governar para todos.

Finalizo, estendendo os agradecimentos ao governo do Estado pelo atendimento de uma indicação, de minha autoria, protocolada nesta Casa em 20 de junho de 2016, para a implantação de unidade do corpo de bombeiros militar, no município de Luís Eduardo Magalhães, o que deverá acontecer no próximo dia 30, data em que o município completa 17 anos de emancipação política.

Muito obrigado e boa tarde”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo restante, o nobre deputado, representante da cidade de Alagoinhas, Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço questão de retornar a esta tribuna com o objetivo de fazer um chamamento aos meus pares, aos ilustres deputados que estão aqui no Plenário, e a todos aqueles que poderão ter a oportunidade de discutir os diversos pontos de vista na audiência pública que terá lugar aqui, nesta Casa, na próxima quinta-feira, dia 30, intitulada: “Previdência Social: Mitos e Verdades.” Inclusive, convidamos o deputado relator para que viesse participar dessa discussão. Todos os deputados de oposição e situação, se puderem, na minha opinião, precisam estar presentes nessa atividade, que é a atividade de uma discussão que tem lugar, hoje, em cada esquina de cada município, de cada povoado do nosso País. Não por outra coisa.

Nós estamos a denunciar já faz algum tempo, o desmonte do projeto de inclusão social que estava sendo construído nos últimos anos em nosso País. E o desmonte começa pela aprovação da PEC do fim do mundo, a PEC da contenção dos gastos. Quando, na exposição de motivos, foi para a Câmara Federal, estava alicerçada na descomunal, entre aspas, parcela de gastos públicos desmedidos do antigo governo federal, capitaneado pela nossa ex-presidente Dilma Rousseff. Mas essa argumentação era apenas uma falácia, porque o que faltou a este País foi a arrecadação, foram as receitas. E esse, sim, seria o principal motivo para que se trabalhasse até contenção de gastos enquanto durasse o problema das receitas, como se fez em outros países. Mas não estipulando um garrote que iria atingir frontalmente as políticas públicas sociais, principalmente nas áreas de assistência e desenvolvimento social, na área de saúde, na área de educação. Políticas públicas sociais de inclusão na área de habitação que, hoje, teria o percentual de 20 a 22% do PIB, do conjunto das riquezas totais geradas neste País. E que, daqui a 10 anos, serão tão somente 14% e daqui a mais 10 anos, portanto 20 anos, poderão estar entre 10 e 12% do PIB. Ou seja, é o encolhimento da direção dos investimentos tirando dos que mais precisam neste País a possibilidade de serem ou de continuarem a ser sujeitos de direito. Ora, mas para sustentar uma PEC dessa era preciso atacar frontalmente o programa de valorização do salário mínimo, um pecado, porque vai retirar daquelas pessoas que são 60% do conjunto de trabalhadores que sustentam a renda do trabalho, 60% deles só têm o salário mínimo, que gradativamente vai diminuir o seu poder de compra. E além disso, a desvinculação do salário mínimo em relação aos benefícios e à aposentadoria da Previdência oficial.

Seguido, houve o ataque frontal à regulação, ao mercado de trabalho através do projeto de terceirização que dá a possibilidade de terceirizar, de quarteirizar e de pejetizar as atividades-fim de todas as empresas, sejam elas públicas ou privadas, um verdadeiro desalento ao mercado e às relações de trabalho. E agora, algo para descredibilizar a Previdência oficial para matar, para aniquilar a Previdência oficial trazendo um prejuízo incalculável aos sujeitos de direito, à população deste País.

Olhem, senhores, com a Previdência social acabada, vai acontecer a ampliação do mercado da previdência complementar, do seguro e da seguridade social bancada pelos principais bancos e fundos de previdência privada deste País. Mas, enfim, temos testemunhado a reação mesmo que tardia da população, deputado Bobô. A população percebeu que foi enganada e é ela que vai pagar o pato. Isso está cristalizado no movimento de domingo passado, onde aqueles que apoiaram o impeachment, aqueles que bateram as panelas, 75% deles são contra essa reforma nefasta da Previdência Social. A população não quer ouvir aqueles deputados que votaram pela terceirização, pela desregulamentação da relação e do mercado do trabalho.

Então, a população está reagindo, a população está vendo que o conjunto do Poder Legislativo, nos seus três níveis, não reverbera o sentimento que vem das ruas, porque a política em nosso País foi privatizada a partir do sistema político que nós temos. Existe um verdadeiro descasamento entre aquilo que o Parlamento brasileiro nos seus três níveis quer e a expectativa, a esperança, a utopia do nosso povo. É nesse

descasamento em que todos os gatos que estavam pardos ficam nus, ficam sob a luz do sol, ficam desmascarados. E o pato, aquele grande pato da Fiesp, vai ficar no colo do trabalhador, que foi enganado e que hoje está indo para as ruas de maneira envergonhada pedir, pelo amor de Deus, dizendo não à reforma nefasta, esse crime de lesa-pátria que vai destruir o arcabouço de previdência, o arcabouço de seguridade social construído desde Getúlio Vargas. Imaginem os senhores, a dimensão do atraso, do retrocesso que os atuais governantes estão enfiando goela abaixo do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, a proposta de emenda constitucional nº 150/2017, de autoria do deputado Adolfo Menezes, não recebeu o parecer no prazo regimental na Comissão de Constituição e Justiça, onde diz o art. 198, do Regimento Interno: (Lê) “Se a Comissão de Constituição e Justiça não emitir parecer no prazo regimental, o Presidente da Assembleia designará Relator Especial, com o prazo de 5 dias para esse fim.” Para cumprir o disposto no art. 198 no Regimento Interno, designo para relatar a matéria, o deputado Joseildo Ramos, pelo prazo de 5 dias.

Esta é a PEC do fim da reeleição. Então como não foi apresentada no prazo regimental, estou designando o nobre deputado, o maior relator de projetos desta Casa, prezaré também o parecer sobre essa matéria no prazo de 5 dias, para que possa vir a Plenário para encerrar com a reeleição, se V.Ex^{as}, assim o desejarem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Gostaria que V.Ex^a verificasse se tem número suficiente de deputados para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ao passar uma visão de 360º no Plenário, vejo que não há número suficiente e o Regimento Interno diz que não havendo número, se encerra a sessão, então está encerrada a sessão nesta tarde de hoje.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.